



# Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Concurso Público 2011

## Procurador de 3ª Classe

Prova Objetiva | 11/09/2011

## Procurador/Direito

### Instruções:

- ▶ Você deverá receber do fiscal:
  - a) um caderno com **100 (cem)** questões, sem repetição ou falha;
  - b) uma folha destinada à marcação das suas respostas.
- ▶ Ao receber a folha de respostas, você deve:
  - a) conferir se seu nome, número de identidade, cargo e especialidade estão corretos.
  - b) verificar se o cargo e a especialidade que constam nesta capa são os mesmos da folha de respostas. **Caso haja alguma divergência, por favor comunique ao fiscal da sala.**
  - c) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas.
  - d) assinar a folha de respostas.
- ▶ É de sua responsabilidade preencher a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção.
- ▶ Você deverá preencher a folha de respostas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- ▶ Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro cometido por você.
- ▶ As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.
- ▶ O tempo disponível para essa prova é de **5 (cinco) horas**, incluindo o tempo para a marcação da folha de respostas.
- ▶ Você somente poderá levar o caderno de questões caso permaneça em sala até 30 (trinta) minutos antes do tempo previsto para o término da prova.
- ▶ Ao terminar a prova, você deverá entregar a folha de respostas ao fiscal e assinar a lista de presença.

**ISAE**

Instituto Superior  
de Administração  
e Economia



## Direito Constitucional

### 1

A respeito dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- I. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o unitarismo político.
- II. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político.
- III. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### 2

Relativamente à competência da União, analise as afirmativas a seguir.

- I. É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- II. A preservação das florestas, da fauna e da flora é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- III. No âmbito da competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### 3

Relativamente aos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas a seguir:

- I. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, salvo quando as informações tiverem sido obtidas de forma criminosa.
- II. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- III. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### 4

Com relação ao tema do controle de constitucionalidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, não é necessário dar ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias, cabendo ao Tribunal que declarou a inconstitucionalidade definir os meios de suprir a omissão.
- II. Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, Artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- III. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão majoritária dos seus membros, considerado o quorum mínimo de 9 (nove) ministros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### 5

Relativamente aos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas a seguir.

- I. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou para servir de prova em instrução processual, autorizado o meio de prova em qualquer área do direito desde que mediante autorização judicial.
- II. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição e constitui violação da garantia constitucional do devido processo legal.
- III. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### 6

A respeito da idade mínima para o exercício de cargo eletivo, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É de trinta e cinco anos a idade mínima para Presidente e Vice-Presidente da República.
- (B) É de trinta anos a idade mínima para Senador.
- (C) É de trinta anos a idade mínima para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- (D) É de vinte e um anos a idade mínima para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.
- (E) É de dezoito anos a idade mínima para Vereador.

**7**

Relativamente aos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas a seguir.

- I. São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: o registro civil de nascimento; a certidão de casamento; e a certidão de óbito.
- II. O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso cautelarmente além do tempo razoável de duração do processo.
- III. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, cabendo ao autor as custas judiciais, mas nunca o ônus da sucumbência.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver incorreta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver incorreta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver incorreta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem incorretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

**8**

Relativamente aos direitos sociais, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- (B) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- (C) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quinze dias, nos termos da lei.
- (D) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a aposentadoria.
- (E) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

**9**

Com relação aos direitos políticos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis anos que ainda não completaram dezoito anos.
- II. São condições de elegibilidade, dentre outras, a nacionalidade brasileira e o alistamento eleitoral, não se exigindo, todavia, filiação partidária.
- III. São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**10**

Relativamente à organização do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar e da população diretamente interessada, através de referendo.
- II. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- III. Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**11**

Relativamente à União e aos Estados Federados, analise as afirmativas a seguir.

- I. São bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.
- II. São bens da União as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, incluídas nestas as que contenham a sede de Municípios.
- III. São bens da União os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva e os recursos minerais, excluídos os do subsolo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**12**

Com relação à competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre registros públicos.
- II. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre orçamento.
- III. Compete privativamente à União legislar sobre regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**13**

Relativamente à competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, analise as afirmativas a seguir.

- I. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- II. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios protegerem os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- III. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios protegerem o meio ambiente e combaterem a poluição em qualquer de suas formas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**14**

Relativamente ao instituto da intervenção, previsto na Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. A decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral ou do Superior Tribunal Militar.
- II. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
- III. Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**15**

Relativamente à intervenção dos Estados nos Municípios, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando, entre outros motivos, não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- II. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando, entre outros motivos, o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- III. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando, entre outros motivos, não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**16**

Relativamente ao tema das finanças públicas, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Banco Central poderá conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- II. O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- III. As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**17**

Relativamente ao tema orçamento, analise as afirmativas a seguir.

- I. A lei orçamentária anual compreenderá, dentre outras coisas, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- II. Em matéria de orçamento, a Constituição estabelece que cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual; cabe à lei ordinária estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
- III. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara dos Deputados, na forma do seu regimento, dispensada a apreciação do Senado Federal em caso de aprovação por mais de dois terços dos deputados.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**18**

As alternativas a seguir apresentam hipóteses de intervenção da União nos Estados, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra.
- (B) Prover a execução de lei federal, estadual ou municipal, ordem ou decisão judicial.
- (C) Garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- (D) Manter a integridade nacional.
- (E) Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

**19**

Relativamente ao *habeas corpus*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, exceto nos crimes a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- II. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, em recurso ordinário, o *habeas corpus*, decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se concessiva a decisão.
- III. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente o *habeas corpus*, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**20**

Relativamente à Ação Popular, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ação popular tem por finalidade anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, podendo a ação ser proposta por qualquer cidadão ou por meio de pessoa jurídica que tenha por finalidade a proteção de bens coletivos.
- II. Considerando o princípio da fungibilidade, cabe mandado de segurança em substituição à ação popular, desde que ajuizado dentro do prazo decadencial de 120 dias.
- III. A competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, via de regra, do juízo competente de primeiro grau.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**21**

Relativamente ao Mandado de Segurança, analise as afirmativas a seguir.

- I. É constitucional lei que fixa prazo de decadência para impetração de Mandado de Segurança.
- II. Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de Mandado de Segurança.
- III. Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de Mandado de Segurança.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**22**

Relativamente ao *habeas data*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ação de *habeas data* visa à proteção da privacidade do indivíduo contra abuso no registro e/ou revelação de dados pessoais falsos ou equivocados, bem como constitui meio idôneo para se obter vista de processo administrativo.
- II. O *habeas data* constitui relevante instrumento de ativação da jurisdição constitucional das liberdades, a qual representa, no plano institucional, a mais expressiva reação jurídica do Estado às situações que lesam, efetiva ou potencialmente, os direitos fundamentais da pessoa. Nesse sentido, tal ação dispensa a prova do anterior indeferimento do pedido de informação de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo, não sendo necessário que se configure situação prévia de pretensão resistida.
- III. A competência para julgar *habeas data* requerido contra o Serviço Nacional de Informações, cujo titular possui o *status* de Ministro de Estado é do Supremo Tribunal Federal.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver incorreta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver incorreta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver incorreta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem incorretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

**23**

Com relação ao Mandado de Segurança, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não cabe Mandado de Segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.
- II. Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o Mandado de Segurança.
- III. A concessão de Mandado de Segurança produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, não sendo necessário reclamar tais direitos administrativamente ou por outra via judicial.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**24**

Relativamente ao Mandado de Injunção, analise as afirmativas a seguir.

- I. Conceder-se-á Mandado de Injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- II. Para ser cabível o Mandado de Injunção, não basta que haja eventual obstáculo ao exercício de direito ou liberdade constitucional em razão de omissão legislativa, mas concreta inviabilidade de sua plena fruição pelo seu titular.
- III. Uma vez editada a lei em relação à qual restou apontada omissão, tem-se a perda de objeto do Mandado de Injunção.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**25**

Relativamente ao *habeas corpus*, analise as afirmativas a seguir.

- I. É inquestionável o direito de súditos estrangeiros ajuizarem, em causa própria, a ação de *habeas corpus*, eis que esse remédio constitucional – por qualificar-se como verdadeira ação popular – pode ser utilizado por qualquer pessoa, independentemente da condição jurídica resultante de sua origem nacional.
- II. Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória à pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- III. Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**26**

Relativamente às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), analise as afirmativas a seguir.

- I. O depoente em Comissão Parlamentar de Inquérito poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta.
- II. No exercício de suas atribuições, poderão as CPI's determinar as diligências que reportarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.
- III. As CPI's apresentarão relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concluindo por projeto de resolução.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**27**

Relativamente às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), analise as afirmativas a seguir.

- I. A possibilidade de criação de CPI está condicionada a investigar questões relacionadas à esfera de competência do Poder Legislativo respectivo: Câmara e Senado podem investigar questões relacionadas com a esfera federal de governo; Assembleias Legislativas com a esfera estadual; e, por fim, Câmaras de Vereadores não de limitar-se às questões de competência do município.
- II. Não está compreendido entre os poderes da CPI a convocação de juiz para depor em CPI da Câmara dos Deputados sobre decisão judicial, por se caracterizar em indevida ingerência de um poder em outro.
- III. Salvo as hipóteses de flagrante delito, a CPI não tem poderes para decretar prisão, por se tratar de faculdade exclusiva de membros do Poder Judiciário.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**28**

Relativamente às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), analise as afirmativas a seguir.

- I. A CPI é competente para expedir decreto de indisponibilidade de bens de particular, provimento cautelar de eventual decisão futura.
- II. As comissões parlamentares de inquérito podem determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico devendo fundamentar sua decisão (exposição das razões pelas quais veio a ser determinada a medida).
- III. Não está no âmbito dos poderes da CPI a decretação de interceptação telefônica.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**29**

Relativamente aos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O princípio constitucional da presunção da inocência recomenda que, em caso de fundada dúvida no momento da sentença, o juiz decida contra o réu, cabendo ao Tribunal, se provocado, reformar a sentença condenatória.
- II. Não viola o princípio constitucional da presunção da inocência, previsto no art. 5º, LVII, da CF, a exclusão de candidato de concurso público que responde a inquérito ou ação penal sem trânsito em julgado da sentença condenatória.
- III. O princípio da não culpabilidade exclui a execução da pena quando pendente recurso, muito embora sem eficácia suspensiva.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**30**

Relativamente aos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O privilégio contra a auto-incriminação – que é plenamente invocável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito – traduz direito público subjetivo assegurado a qualquer pessoa, que, na condição de testemunha, de indiciado ou de réu, deva prestar depoimento perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.
- II. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- III. O privilégio contra a auto-incriminação, garantia constitucional, permite ao paciente o exercício do direito de silêncio, não estando, por essa razão, obrigado a fornecer os padrões vocais necessários a subsidiar prova pericial que entende lhe ser desfavorável.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

## Direito Administrativo

**31**

Assinale a alternativa que elenca os princípios administrativos previstos expressamente no art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Legalidade, motivação, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Motivação, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.
- (C) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) Legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.
- (E) Legalidade, impessoalidade, motivação, transparência e eficiência.

**32**

Considera-se um dos marcos do surgimento do Direito Administrativo:

- (A) o *New Deal*.
- (B) a Primeira Guerra Mundial.
- (C) o caso *Marbury x Madison*.
- (D) a instituição do Conselho de Estado Francês.
- (E) a Revolução Americana.

**33**

Com relação à organização administrativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) As organizações sociais celebram contrato de gestão com a Administração Pública.
- (B) A Administração Pública Indireta é uma forma de desconcentração da atividade administrativa.
- (C) As agências reguladoras não pertencem à Administração Pública Indireta.
- (D) Os órgãos que compõem a Administração Pública Direta possuem personalidade jurídica própria.
- (E) A Administração Pública Indireta é regida pela teoria do órgão.

**34**

Tendo por base as semelhanças e diferenças das agências executivas e das agências reguladoras, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autonomia das agências executivas advém da lei, ao passo que a das agências reguladoras decorre dos termos do contrato de gestão celebrado com a Administração Pública.
- (B) A autonomia das agências executivas e reguladoras advém do contrato de gestão celebrado com a Administração Pública.
- (C) As agências reguladoras e as agências executivas possuem o mesmo grau de autonomia com relação ao Poder Executivo Central.
- (D) O Chefe do Poder Executivo não pode exonerar, livremente, os dirigentes das agências reguladoras nem das agências executivas.
- (E) Os dirigentes das agências reguladoras não podem ser exonerados *ad nutum* pelo Chefe do Poder Executivo, enquanto os dirigentes das agências executivas podem.

**35**

Assinale a alternativa que apresenta elementos do ato administrativo que podem ser discricionários.

- (A) Competência e Forma.
- (B) Competência e Objeto.
- (C) Forma e Finalidade.
- (D) Objeto e Finalidade.
- (E) Motivo e Objeto.

**36**

A respeito dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os atos administrativos podem ser classificados, quanto à sua estrutura, em discricionários e vinculados.
- (B) São atributos dos atos administrativos: *presunção de legitimidade, imperatividade e exigibilidade*.
- (C) Ato administrativo é sinônimo de Ato da Administração.
- (D) De acordo com o enunciado da Súmula n. 473 do STF, *"a administração tem o dever de revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"*.
- (E) Autorização é ato unilateral, vinculado, pelo qual a Administração faculta a alguém o exercício de uma atividade, uma vez demonstrado pelo interessado o preenchimento dos requisitos legais.

**37**

Com base na lei estadual de processo administrativo (Lei 2.794/2003), as alternativas a seguir enumeram um legitimado para recorrer, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Os terceiros juridicamente interessados.
- (B) As organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses individuais.
- (C) Pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de petição ou representação.
- (D) Os acusados em geral.
- (E) Os que forem, extraordinariamente, considerados na forma da lei.

**38**

Com relação às disposições da lei estadual de processo administrativo, Lei 2.794/2003, analise as afirmativas a seguir.

- I. O órgão competente para decidir o recurso administrativo não poderá modificar a decisão recorrida, se a matéria não for de sua competência.
- II. O princípio da *non reformatio in pejus* não se aplica ao processo administrativo, salvo nos casos de revisão administrativa.
- III. Os recursos administrativos possuem efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

**39**

Com base nas regras referentes aos prazos processuais previstas na lei estadual de processo administrativo, Lei 2.794/2003, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou divulgação oficial, incluindo-se da contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
- (B) Os prazos da Administração previstos na lei de processo administrativo estadual poderão ser, caso a caso, prorrogados duas vezes, por igual período, pela autoridade superior, à vista de representação fundamentada do agente responsável por seu cumprimento.
- (C) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem serão praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.
- (D) A extrapolação dos prazos fixados para a Administração implica a nulidade do processo.
- (E) Os prazos processuais não se suspendem, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

**40**

Conforme dispõe a Constituição do Estado do Amazonas, em matéria de processo legislativo, **não** são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

- (A) disponham sobre organização da Defensoria Pública.
- (B) fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.
- (C) disponham sobre organização administrativa e matéria orçamentária.
- (D) disponham sobre organização do Tribunal de Contas do Estado.
- (E) disponham sobre servidores públicos civis e militares do Estado e seu regime jurídico.

**41**

Com relação aos institutos da dispensa e da inexigibilidade de licitação, assinale a afirmativa correta.

- (A) É *dispensável* a licitação para contratação de serviços técnicos profissionais de notória especialização, tais como pareceres, perícias e avaliações em geral.
- (B) É *dispensável* a licitação quando não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração.
- (C) Há distinção conceitual entre licitação dispensada e licitação dispensável: na licitação dispensada o administrador não tem liberdade de querer licitar; na licitação dispensável o administrador possui a discricionariedade de decidir realizá-la ou não.
- (D) As hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação são exaustivas.
- (E) É *inexigível* a realização de licitação para a locação de imóvel.

**42**

Assinale a alternativa que apresenta modalidades de licitação previstas pela Lei 8.666/1993.

- (A) Pregão, concurso e leilão.
- (B) Concurso, concorrência e consulta pública.
- (C) Consulta pública, convite e pregão.
- (D) Concurso, tomada de preços e concorrência.
- (E) Audiência pública, tomada de preços e leilão.

**43**

Na fase de habilitação, a Administração Pública **não** poderá exigir dos licitantes documentação relativa:

- (A) à quitação fiscal.
- (B) à qualificação econômico-financeira.
- (C) à qualificação técnica.
- (D) à habilitação jurídica.
- (E) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

**44**

Assinale a alternativa que indica os bens públicos que podem ser alienados por meio de licitação, na modalidade leilão.

- (A) Bens de uso especial.
- (B) Bens imóveis.
- (C) Bens imóveis adquiridos pela Administração Pública derivados de procedimentos judiciais ou dação em pagamento.
- (D) Bens móveis afetados.
- (E) Bens de uso comum.

**45**

Os contratos administrativos possuem, como uma das principais distinções para os contratos privados, a existência das chamadas cláusulas exorbitantes.

Com base na Lei 8.666/1993, as alternativas a seguir representam uma dessas cláusulas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Alteração unilateral do contrato.
- (B) Rescisão unilateral do contrato.
- (C) Aplicação de sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste por parte do contratado.
- (D) Fiscalização da execução.
- (E) Cessão do objeto contratual.

**46**

Quanto à proteção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) não tem esteio na Constituição da República.
- (B) só é assegurada por leis ordinárias, tais como as Leis 8.666/1993, 8.987/1995 e 9.074/1995.
- (C) é assegurada tanto pela Constituição, quanto por leis ordinárias, tais como as Leis 8.666/1993, 8.987/1995 e 9.074/1995.
- (D) não é protegida pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- (E) depende das disposições editalícias.

**47**

Com relação aos bens públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A destinação dos bens públicos pode ser alterada através da afetação ou desafetação.
- II. Com relação à sua destinação, os bens públicos podem ser classificados em bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominicais.
- III. São características dos bens públicos: *impenhorabilidade, imprescritibilidade e alienabilidade condicionada*.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**48**

Com relação às formas de provimento derivado previstas na Lei 1.762/1986, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Reintegração é o ato pelo qual o demitido reingressa no serviço público, em decorrência de decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, com o ressarcimento de todos os direitos e vantagens, bem como dos prejuízos resultantes da demissão.
- (B) Reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público, a pedido ou *ex-officio*.
- (C) Readaptação é a investidura em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha o funcionário sofrido em suas capacidades física ou mental, apurada por junta médica oficial.
- (D) A hipótese de transferência foi recepcionada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- (E) Promoção é a forma pela qual o funcionário progride na série de classes, e consiste na passagem da referência em que se encontra, para a imediatamente superior, observadas as normas constantes de Regulamento próprio.

**49**

Com base na Lei 3.013/2005, a progressão funcional na carreira do servidor estável da Assembleia Legislativa obedecerá às regras apresentadas nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Compatibilidade financeira e orçamentária.
- (B) Interstício mínimo de dois anos entre as progressões.
- (C) Avaliação de desempenho satisfatória.
- (D) Alcance da pontuação mínima exigida.
- (E) Interstício mínimo de cinco anos entre a nomeação e a progressão.

**50**

A respeito da intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

- (A) São modalidades de intervenção do Estado na propriedade privada: desapropriação, tombamento, ocupação temporária e imissão provisória na posse.
- (B) São requisitos essenciais de qualquer desapropriação o pagamento prévio de quantia justa e em dinheiro.
- (C) As limitações administrativas, em regra, devem ser indenizadas.
- (D) A requisição e a ocupação temporária não são indenizáveis, salvo se houver dano ao proprietário.
- (E) O tombamento é a única forma de proteção do patrimônio cultural brasileiro prevista pela Constituição Federal de 1988.

**51**

As alternativas a seguir apresentam características das concessões de serviço público, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O objeto da concessão de serviço público é apenas a execução do serviço, visto que a titularidade continua sendo do Estado.
- (B) Deve ser precedida de licitação na modalidade concorrência.
- (C) Os eventuais danos causados a terceiros pela concessionária são sempre de responsabilidade do Estado.
- (D) As concessões sujeitam-se à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.
- (E) Uma das formas de extinção da concessão é a encampação.

**52**

Com base no art. 31 da Lei 8.987/1995, assinale a alternativa que representa um encargo expresso do delegatário.

- (A) Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.
- (B) Estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.
- (C) Ceder o objeto da concessão para outra entidade, nos casos de dificuldade na prestação adequada do serviço.
- (D) Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação.
- (E) Incentivar a competitividade.

**53**

Com base no regime constitucional da Responsabilidade Civil do Estado, art. 37 §6º, analise as afirmativas a seguir.

- I. A responsabilidade civil do Estado e de seus agentes públicos é objetiva.
- II. Os casos de fortuito externo e culpa exclusiva da vítima não estão abrangidos pelo regime do art. 37, §6º, da Constituição de 1988.
- III. A responsabilização dos agentes públicos depende de comprovação de dolo ou culpa.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**54**

Tendo em vista os instrumentos de Controle da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle da Administração Pública pode ser classificado em administrativo, parlamentar, jurisdicional e popular.
- II. O controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre a atividade administrativa do Poder Executivo é um exemplo de controle interno.
- III. O controle interno da Administração Pública decorre do poder de auto-tutela da Administração.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**55**

Com relação à ação de improbidade administrativa disciplinada pela Lei 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constitui ato de improbidade administrativa retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- II. Com base no art. 37, §5º, parte final, da Constituição da República, e na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ação de improbidade por danos ao Erário é imprescritível.
- III. No caso de atos de improbidade que causem prejuízo direto ao Erário, o agente estará sujeito, dentre outras, a pena de ressarcimento integral do dano.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**Direito Civil****56**

Crécio, confiante nos destinos da economia brasileira, resolve adquirir uma televisão, tela plana, utilizando-se do crédito pessoal que lhe foi ofertado pela empresa C e D S/A.

Ao adentrar o estabelecimento da empresa, é prontamente recebido por um vendedor que apresenta-lhe as opções disponíveis, formaliza o seu cadastro, imprime o contrato de compra e venda de bem móvel, prometendo-lhe que ocorrerá a entrega no prazo máximo de trinta dias.

Ultrapassado o prazo, o bem não foi entregue, tendo o vendedor comunicado a Crécio que o veículo que transportava vários bens da empresa havia sido furtado em São Paulo, local onde estaria sediado o depósito e que por isso, não mais poderia entregar o bem adquirido. Prontamente o numerário expendido sofre devolução.

De posse dos valores ressarcidos, Crécio adquire bem similar de Pato que lhe promete entrega em dez dias. Passado o período, Pato comunica a Crécio que o bem sofrera aumento de preço e que haveria uma diferença de R\$ 300,00 a pagar, o que foi negado pelo adquirente.

Diante de tal enunciado, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A perda da coisa, antes da tradição, sem culpa do devedor, resolve a obrigação.
- (B) O devedor pode exigir novo preço, caso o bem tenha sido valorizado.
- (C) O credor, cobrado por diferença do preço, pode resolver o negócio.
- (D) Devolvido o numerário, não mais se pode exigir a obrigação de dar.
- (E) O adquirente pode exigir a entrega do bem, sem majoração do preço.

**57**

Osdro, com dezesseis anos de idade, dirige-se ao Banco OG S/A, com o intuito de efetuar contrato de conta-corrente, vez que pretende estabelecer-se como empresário no ramo de vestuário. É surpreendido com a informação do gerente do Banco de que somente poderia realizar o ato, caso comparecessem ao local seus pais ou, na ausência deles, os seus representantes legais. Aduziu Osdro ser órfão de pai e mãe, estando sob a guarda de sua tia Elena, sua tutora.

Diante de tal enunciado, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pessoas com dezesseis anos de idade podem praticar atos bancários sem a representação ou assistência dos seus representantes legais.
- II. Havendo guarda judicial, o tutor deve assistir a pessoa protegida, em atos negociais.
- III. Caso fosse realizado o contrato de abertura de conta-corrente, haveria emancipação do menor.
- IV. Somente após caracterizados os atos como empresário é que ocorreria a emancipação.
- V. Aos menores são permitidos alguns atos civis autonomamente, como aquisição de bens de pequeno valor.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I, II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II, IV e V forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

**58**

O Município do Eirunepé planeja realizar festejos momescos fora de época, com o intuito de gerar recursos para a economia local. Para isso, o prefeito procede à interdição aos veículos da Av. Getúlio Vargas, principal via da cidade, buscando fornecer aos visitantes e aos cidadãos locais, espaço para as comemorações. A par disso, autoriza o comércio ambulante no entorno da festa. Os gastos realizados pelo município são plenamente recompensados pelo afluxo de turistas, com o recolhimento de tributos municipais.

Os atos do Prefeito de Eirunepé atingiram bens de uso:

- (A) comum.
- (B) dominical.
- (C) particular.
- (D) concedidos.
- (E) especial.

**59**

Foca e Foca Ltda. realiza contrato de prestação de serviços de refrigeração com a empresa Pinguim e Irmãos Ltda., com duração de um ano e remuneração correspondente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês.

No décimo mês do contrato, por negligência dos sócios da empresa Pinguim e Irmãos Ltda., a execução dos serviços é suspensa. A empresa Foca e Foca Ltda. é surpreendida com a suspensão das atividades da empresa prestadora de serviços e pretende solucionar o seu problema à luz da legislação civil em vigor.

Diante de tais fatos, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Caracterizada a ausência de culpa do devedor, a obrigação se resolve.
- (B) Não prestada a obrigação, por negligência do devedor, tem direito o credor a perdas e danos.
- (C) Notificada a empresa Pinguim e Irmãos Ltda. e recusando-se a executar o serviço, possível a sua substituição, com ônus para a devedora.
- (D) Recusada a prestação do serviço, cabe indenização por perdas e danos.
- (E) A empresa Foca e Foca Ltda. deve buscar novo fornecedor às suas expensas, mesmo caracterizada a negligência da empresa fornecedora.

**60**

Trácio formaliza contrato de mútuo com Crésia, sendo o valor total da dívida de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), parcelados em sessenta prestações fixas.

Impossibilitada momentaneamente de quitar os valores devidos, entabola conversa com sua amiga Lítia que, compadecida com a situação de Crésia, resolve quitar integralmente a dívida, em seu próprio nome, com Trácio. Obtendo a quitação, comunicou tal fato a Crésia que, por sua vez, não apresentou qualquer ressalva ao ato.

Lítia não possuía qualquer vínculo econômico ou financeiro com Trácio e com Crésia, mas apenas amizade por esta última.

Diante de tais fatos e à luz da legislação civil em vigor, analise as afirmativas a seguir.

- I. Lítia, ao efetuar o pagamento do mútuo, subrogou-se nos direitos de Trácio, o credor.
- II. Trácio poderia opor-se ao pagamento realizado por Lítia.
- III. Crésia não tem o dever de pagar a Lítia, diante do seu ato de liberalidade.
- IV. O pagamento de Lítia extinguiu a obrigação existente entre Trácio e Crésia.
- V. Lítia somente poderia quitar a obrigação com a aquiescência de Trácio e de Lítia.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e V forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas IV e V forem verdadeiras.

**61**

Mévio realiza empréstimo a Caio, pelo valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser pago em dez prestações mensais e sucessivas.

Pretendendo viajar ao exterior, constitui mandatário, seu advogado Nero, responsável pela administração do seus bens.

Na data do vencimento, Nero procura Caio para receber a prestação devida, apresentando a procuração, por instrumento público, outorgada por Mévio e o recibo dando quitação.

O devedor, surpreso com o aparecimento de Nero, pois não fora informado pelo credor de sua viagem, resolve pagar a parcela, mas com temor de pagar mal.

Diante desses fatos e à luz da legislação civil em vigor, analise as afirmativas a seguir.

- I. O pagamento a representante do credor, sem que o mesmo tenha comunicado tal situação previamente, permite o recebimento em dobro da parcela devida.
- II. Permite-se a quitação de parcela da dívida por instrumento particular.
- III. O credor pode instituir procurador, sem aquiescência ou comunicação ao devedor.
- IV. O portador do recibo é presumido legitimado a receber a dívida.
- V. Tendo pago a dívida ao procurador, o devedor poderá ser cobrado novamente.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e IV forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas II e V forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I, II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II, III e IV forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

**62**

Esculápio é proprietário de um cachorro da raça “Pit Bull”, que o acompanha diariamente em passeios à beira do Rio Negro, sempre sem focinheira.

Durante anos, o animal doméstico nunca trouxe atribulações ao seu dono.

Em determinado dia, em ato agressivo, o cachorro atacou um adolescente de quinze anos que, inconsequentemente, atirou grãos de milho nos olhos do animal.

Após a agressão inusitada, o adolescente foi transportado para o Pronto Socorro Municipal no dia 28 de agosto, constatando-se diversas fraturas no corpo.

O responsável pelo adolescente ingressou com ação condenatória do dono do animal agressor, postulando danos materiais e morais.

Diante desse quadro, analise as afirmativas a seguir.

- I. O animal atuou em legítima defesa própria, não podendo o seu dono ser responsabilizado.
- II. Incide a responsabilidade sem culpa ou objetiva.
- III. São devidos danos morais e materiais.
- IV. O ato do adolescente caracteriza força maior a relevar a responsabilidade do dono do animal.
- V. Sendo a responsabilidade objetiva não existe excludente possível.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e V forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas IV e V forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas I e IV forem verdadeiras.

**63**

Esculápio, condutor de veículo de passeio, é abalroado por coletivo da Viação Orca Ltda., vindo a falecer em decorrência do evento.

Sua esposa e dois filhos promoveram ação buscando a reparação dos danos morais e materiais, obtendo sentença condenatória consistente em pensão mensal, correspondente aos rendimentos da vítima, repartidos entre os três autores, acrescidos de danos morais, estes correspondentes a 500 salários mínimos, além do reembolso das despesas com hospital, não cobertas por plano de saúde, com funeral, bem como pagamento de seguro-saúde para os três autores.

As condenações de trato sucessivo foram determinadas para os filhos da vítima, até que eles completassem vinte e cinco anos. Para a viúva, não houve fixação de idade máxima, definida que ela perceberia os benefícios durante toda a vida.

Em termos de liquidação do dano, à luz da legislação civil em vigor, assinale a afirmativa correta.

- (A) No caso de homicídio, as verbas são circunscritas às despesas com tratamento, luto, funeral e alimentos aos familiares da vítima.
- (B) Inexistem quaisquer limitações para as verbas que o causador do dano possa ser condenado.
- (C) A lei civil dispõe que os menores somente podem ser pensionados até a maioridade civil.
- (D) A condenação em danos materiais exclui a condenação em danos morais.
- (E) O valor da indenização em danos morais está limitado a *quantum* apurado para os danos materiais.

**64**

Caio realizou contrato de mútuo com Mévio e Flavius, pelo valor global de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por meio do pagamento de vinte prestações mensais e sucessivas.

Após o pagamento parcial das prestações devidas, o pagamento foi suspenso, pretendendo o credor cobrar dos devedores, na totalidade, o saldo devedor com os acréscimos legais.

Observado o instituto da solidariedade civil, analise as afirmativas a seguir.

- I. Caracterizada a solidariedade presumida entre os devedores, pelo fato de figurarem, conjuntamente, no contrato de mútuo.
- II. Não havendo solidariedade, cada devedor responde por parte da dívida, em proporção.
- III. O pagamento parcial por um devedor não exonera o outro.
- IV. Havendo a remissão da dívida de um devedor, ela se comunica ao outro.
- V. O falecimento de um dos devedores, deixando herdeiro, acarreta a transferência total da dívida para este.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas III e V forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas I e IV forem verdadeiras.

**65**

Nero e Nera resolvem realizar negócio jurídico, consistente na aquisição de um bem, de propriedade de Mévio e Mévia, ajustando-se o preço em dólar, visto que o bem fora originariamente importado pelos vendedores.

Para efeito de fixação do preço, o bem foi avaliado em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e o pagamento, em dez prestações mensais e sucessivas, correspondentes aos dólares convertidos no momento da celebração do negócio em tela. Houve a regular tradição e as partes não pretendem resolver o negócio.

Diante disso, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O valor devido somente deve ter em consideração aquele fixado em moeda corrente.
- (B) A legislação civil proíbe, nos contratos internos, fixação de pagamento em moeda estrangeira.
- (C) O valor das prestações deve ser em dólares convertidos no momento do pagamento.
- (D) As prestações serão fixas, em reais e pagas no vencimento.
- (E) A cláusula de pagamento em moeda estrangeira é nula.

## Direito Processual Civil

**66**

A Associação Nacional de Procuradores de Assembleias Legislativas requereu o seu ingresso em ação proposta pela Associação Nacional dos Procuradores de Estado – ANAPE, com o escopo de declarar a inconstitucionalidade de dispositivo contido em Constituição estadual, defendendo a exclusividade da representação judicial das unidades federadas cometida aos Procuradores dos Estados.

Diante dessas circunstâncias, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A ação direta de inconstitucionalidade pode ser proposta por entidade de classe de âmbito nacional.
- (B) O ingresso da Associação Nacional de Procuradores de Assembleias Legislativas ocorreu como litisconsorte necessário passivo do Governador do Estado.
- (C) O Ministério Público atua no processo de controle de constitucionalidade como *custos legis*.
- (D) É possível a admissão de *amicus curiae*, a critério do relator da ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) A Advocacia Geral da União funciona como defensora da constitucionalidade da norma no processo de controle da constitucionalidade.

**67**

Nero, empresário, atuando no ramo de importação e exportação de bens, é surpreendido com a atuação de agentes fiscais que impedem o desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas, sob o argumento de descompasso entre as informações prestadas nos documentos e a conferência física realizada no porto de Manaus.

Inconformado com o ato praticado, apresenta documentação ao seu advogado que, por sua vez, propõe a medida adequada, sem a liminar indeferida, afirmando o magistrado haver proibição legal para o deferimento de liminares nessas hipóteses.

Diante desse quadro, analise as afirmativas a seguir.

- I. A restrição de medida liminar ofende o princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- II. Não existe qualquer incompatibilidade entre a restrição legal e o princípio constitucional da inafastabilidade do controle, vez que o que é fixado por lei pode ser modificado pelo mesmo instrumento.
- III. As restrições legais devem ser analisadas caso a caso e a que restringe a liminar no caso em tela é inconstitucional.
- IV. A restrição a medidas liminares, como no caso em tela, ofende o princípio da razoabilidade.
- V. As restrições podem atingir quaisquer situações que demandem tutela de urgência.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e V forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

**68**

Ícaro, gerente comercial da empresa Balorca S/A, consulta advogado sobre a possibilidade de compensar determinados créditos que sua empresa possui com o Fisco e o meio processual de viabilizar tal pretensão.

O causídico consultado indica a utilização do Mandado de Segurança como o instrumento adequado, por sua presteza e procedimento, que resultaria em solução mais célere para a empresa.

Aceita a consulta, ocorreu a apresentação do *mandamus*, tendo o magistrado que examinou a peça exordial, indeferido a medida liminar, tendo havido recurso.

Diante de tais circunstâncias, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nova legislação sobre mandado de segurança veda medida liminar em caso de compensação tributária.
- II. Cabe agravo de instrumento contra a decisão que defere ou indefere medida liminar em mandado de segurança.
- III. A vedação de medida liminar prevista na lei do mandado de segurança é inconstitucional por ofensa ao princípio do acesso à Justiça.
- IV. Não é possível discutir o tema compensação tributária porque demandaria prova pericial.
- V. O mandado de segurança demanda, regra geral, prova pré-constituída.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II, III e V forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

**69**

Remo, brasileiro, cidadão portador dos direitos cívicos, inconformado com o desmando na administração do Município de Jarí, promove ação popular pugnando pela citação do prefeito do município, de todos os secretários municipais e de dez empresas beneficiárias de licitações que o autor afirma irregulares, com danos ao erário.

Como pedido principal, postula a declaração de inconstitucionalidade de lei municipal, por ofensa à Constituição Federal. Os réus são regularmente citados e apresentam contestação.

O município de Jarí formula dois requerimentos:

- a) Ingresso no pólo ativo da ação.
- b) Ingresso da União Federal no pólo passivo, vez que um dos atos atacados foi praticado com a chancela do Presidente da República.

O magistrado defere o ingresso do município no pólo ativo e determina a inclusão do Presidente da República no pólo passivo e, por consequência, declara-se incompetente para julgamento da causa, remetendo os autos ao Supremo Tribunal Federal.

Diante disso, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na ação popular exige-se a comprovação de regularidade da situação eleitoral do autor.
- II. O foro por prerrogativa de função atinge também a ação popular.
- III. O ingresso do município no pólo ativo é permitido pela lei regente da ação popular.
- IV. O Supremo Tribunal Federal não tem competência para julgar ações populares.
- V. A ação popular pode postular diretamente a declaração de inconstitucionalidade de lei municipal.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, III e V forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas II, III e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I, III e IV forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II, III e V forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas III, IV e V forem verdadeiras.

**70**

Arduino recebe de Mévio documento comprovando dívida no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), datado de 05 de janeiro de 2009, prometendo o devedor quitar a dívida um ano após.

O documento não foi subscrito por testemunhas, apenas pelo devedor.

No dia aprezado, Mévio comunica ao seu credor que não poderá pagar a dívida. Insatisfeito, Arduino promove a ação adequada ao caso, requerendo a citação do devedor que, por meio de advogado, apresenta defesa, inclusive reconvenção, requerendo provas.

Após a fase instrutória, o magistrado profere sentença, julgando procedente o pedido e condenando o réu a pagar custas e honorários advocatícios de dez por cento do valor dado à causa.

Diante dessas circunstâncias, analise as afirmativas a seguir.

- I. O procedimento adequado ao caso concreto seria o monitorio.
- II. A defesa na ação monitoria tem o nome de contestação.
- III. Não cabe reconvenção no procedimento monitorio.
- IV. A defesa formulada no procedimento monitorio suspende os efeitos do mandado inicial.
- V. Mesmo cumprindo o mandado inicial, o réu pagará custas e honorários advocatícios.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas III e V forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas I e IV forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas II e V forem verdadeiras.

**71**

Uga Uga Ltda. é empresa que atua na importação de pneus remoldados, tendo sido surpreendida com proibição da União Federal de importar pneus usados, com base em violação a normas ambientais em vigor.

Inconformada, impetrou mandado de segurança aduzindo:

- a atividade de remoldagem de pneus é lícita e depende da importação de matéria-prima.
- as normas ambientais estão sendo cumpridas pela impetrante.
- a restrição administrativa de importação de matéria-prima não prima pela razoabilidade.
- é inaplicável ao caso concreto a jurisprudência quanto à importação de bens usados para consumo.

Após os trâmites legais, o pedido é julgado procedente havendo recurso. Paralelamente, diante de sucessivas decisões proferidas por inúmeros juízos federais, admitindo a importação de pneus usados como matéria prima para a indústria nacional, o Presidente da República apresenta ao Supremo Tribunal Federal, arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Após os trâmites legais, o pleno do STF decide, por maioria, declarar inconstitucionais as interpretações, incluídas as judicialmente acolhidas que permitiram ou permitem a importação de pneus usados de qualquer espécie, inclusive os remoldados.

Diante disso, assinale a afirmativa **incorreta**.

- O Presidente da República é parte legítima para a ADPF, por ser legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade.
- Havendo decisões judiciais sobre o tema, devem ser indicadas na petição inicial, para comprovar a interpretação controversa.
- A ADPF tem sido considerada ação subsidiária, havendo outro meio para definir a questão apresentada.
- A medida liminar na ADPF é permitida, pela maioria simples dos membros do STF, salvo reputada urgência.
- Após julgada a ação, ocorrerá a comunicação aos Juízos indicados no processo, comunicando a interpretação que deve ser adotada nos casos em exame.

**72**

Crécio, brasileiro, solteiro, é credor de Mévia, sendo o valor devido correspondente a R\$ 300,00 (trezentos reais).

No prazo avençado, a dívida não foi paga, tendo o credor ingressado nos Juizados Especiais, situados na Comarca de Itacoatiara.

Foi designada audiência de conciliação, tendo comparecido as partes, mas não obtido acordo, pois a ré alegou que a competência para o julgamento da causa seria do Juizado situado em Parintins, onde credor e devedora seriam domiciliados e também o local da avenca. Diante desse fato, o magistrado julgou extinto o processo, sem exame de mérito.

Diante de tais fatos, assinale a afirmativa correta.

- O valor da causa no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis estaduais corresponde a, no máximo, sessenta salários mínimos.
- A causa apresentada por Crécio está adequada à competência geral dos Juizados Especiais Cíveis.
- A incompetência territorial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis estaduais gera a remessa dos autos ao Juiz competente.
- Ausente o acordo, o magistrado deveria rejeitar a alegação de incompetência e julgar o processo.
- Nos Juizados Especiais Cíveis estaduais é permitida a atuação das partes, sem representação por advogado, nas causas com valor, no máximo, de quarenta salários mínimos.

**73**

Pietro, religioso, adquire um imóvel do seu primo Caio, no ano de 1970, pagando a integralidade do preço e utilizando o bem como habitação.

Desconhecendo os trâmites legais, não leva ao registro imobiliário a escritura pública lavrada, regularmente em cartório de notas, com o imposto de transmissão devidamente pago.

No ano de 2000 é surpreendido com notícia de que o imóvel foi penhorado em função de dívida contraída pelo seu primo Caio.

Diante de tais fatos, assinale a afirmativa correta.

- Pietro, como sucessor de Caio no imóvel deveria formular embargos do devedor.
- Na qualidade de terceiro, com título não registrado, deveria opor embargos de terceiro.
- Diante do não registro, somente caberia a Pietro o pagamento da dívida, sem reembolso futuro.
- Pietro deveria ingressar no processo e apresentar contestação.
- Como utiliza o bem como habitação poderia alegar a impenhorabilidade, como bem de família.

**74**

Empédocles, brasileiro, engenheiro, teve notícias de que seu nome havia sido incluído no rol de pessoas consideradas perseguidas políticas pelo regime militar, por pessoa que teve acesso ao banco de dados guardado por órgão do Governo Federal.

Após ter a notícia, dirigiu-se à sede do referido órgão e apresentou requerimento para obter os dados constantes do seu registro no banco de dados sob a responsabilidade do Estado. O requerimento não obteve resposta, tendo quedado o órgão inerte pelo período de seis meses.

Inconformado, Empédocles apresentou *Habeas Data*, cuja petição restou indeferida, por falta de interesse, tendo em vista que seu requerimento permanecia sob análise da autoridade administrativa competente.

Diante desses fatos, analise as afirmativas a seguir.

- O requerimento administrativo referido não tem prazo para ser analisado.
- Um dos requisitos da peça inicial do *Habeas Data* é a comprovação de que o requerimento formulado não foi objeto de decisão há mais de dez dias, quando recusar acesso às informações.
- Para propor a ação de *Habeas Data*, o autor deve recolher ao Estado custas judiciais.
- Os bancos de dados governamentais não são acessíveis mediante *Habeas Data*.
- A ausência de interesse teria se caracterizado se Empédocles não tivesse formulado o requerimento administrativo.

Assinale:

- se somente as afirmativas II e V forem verdadeiras.
- se somente as afirmativas I e IV forem verdadeiras.
- se somente as afirmativas I, III e IV forem verdadeiras.
- se somente as afirmativas II, III e V forem verdadeiras.
- se somente a afirmativa II for verdadeira.

**75**

A Associação dos Magistrados Brasileiros apresentou, perante o Supremo Tribunal Federal, ação declaratória de constitucionalidade com o fito de cancelar a Resolução 07/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

O pleno do STF decidiu, por maioria, que o ato objurgado está em sintonia com os princípios constantes do art. 37, em especial os da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade, que são dotados de eficácia imediata, não havendo que se falar em ofensa à liberdade de nomeação e exoneração dos cargos em comissão e funções de confiança, visto que as restrições por ela impostas são as mesmas previstas na Constituição Federal.

Diante dessas circunstâncias, analise as afirmativas a seguir.

- I. Após a emenda constitucional 45/04, a legitimidade para propor ações diretas de inconstitucionalidade e de constitucionalidade foram unificadas.
- II. O ato normativo, objeto da ação declaratória de constitucionalidade, pode ser federal ou estadual.
- III. O *quorum* mínimo para que o STF possa decidir sobre a ação direta de constitucionalidade consiste na presença de, pelo menos, sete ministros na sessão de julgamento.
- IV. A medida liminar na ação declaratória de constitucionalidade é permitida pela maioria simples dos membros do STF, salvo reputada urgência.
- V. A decisão proferida no julgamento de ação declaratória de constitucionalidade é irrecorrível, salvo a apresentação de embargos declaratórios.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e V forem verdadeiras.
- (B) se somente a afirmativa IV for verdadeira.
- (C) se somente as afirmativas I, III e IV forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II, III e V forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

## Direito Penal

**Responda às questões 76 e 77 com base no texto a seguir.**

José é funcionário público estadual, ocupando a Secretaria Estratégica da Articulação Política do Governo do Amazonas. Ciente de que o governador não tem nenhum apoio na Assembleia Legislativa, João elabora o seguinte plano criminoso:

- I. Determina que Luiz, secretário estadual de Comunicação, promova a contratação da agência de publicidade APT, da qual o sócio gerente é o publicitário Marcos. Tal fato foi realizado por Luiz em estrita obediência a José.
- II. José combina com Marcos que os valores dos serviços de publicidade serão superfaturados em 300%, de modo que o valor excedente seja apropriado por Marcos para atender aos interesses de José. Graças a esse esquema, que contou com a anuência de Luiz, José e Marcos conseguem desviar R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) dos cofres estaduais.
- III. José arregimenta dez deputados estaduais dispostos a apoiar todas as iniciativas e projetos de lei do Governo Estadual mediante o recebimento de vantagens econômicas, iniciando pagamentos mensais no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para assegurar esse apoio irrestrito;
- IV. José dá conhecimento a Marcos do funcionamento do esquema, de modo que Marcos faça os pagamentos mensais, por meio de cheques nominiais, às pessoas indicadas por esses deputados, os quais sacam os valores no caixa dos bancos;
- V. Passados seis meses o esquema chega ao fim e José e Marcos decidem dividir o valor restante entre eles, recebendo cada um cerca de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

**76**

Assinale a alternativa que indica os crimes praticados por José e Marcos, respectivamente.

- (A) Ambos incorrem em corrupção ativa (art. 333, Código Penal) e peculato (art. 312, Código Penal).
- (B) José pratica corrupção ativa (art. 333, Código Penal) e Marcos corrupção passiva (art. 317, Código Penal).
- (C) Ambos incorrem em corrupção ativa (art. 333, Código Penal) e passiva (art. 317, Código Penal).
- (D) José pratica prevaricação (art. 319, Código Penal) e peculato (art. 312, Código Penal); Marcos pratica peculato (art. 312, Código Penal).
- (E) José pratica advocacia administrativa (art. 321, Código Penal) e Marcos pratica peculato (art. 312, Código Penal).

**77**

Assinale a alternativa que indica os crimes praticados por Luiz e pelos deputados que receberam o pagamento mensal promovido por José e Marcos, respectivamente.

- (A) Luiz pratica peculato (art. 312, Código Penal) e os deputados, prevaricação (art. 319, Código Penal).
- (B) Luiz pratica peculato (art. 312, Código Penal) e os deputados, corrupção passiva (art. 317, Código Penal)
- (C) Luiz pratica corrupção passiva (art. 317, Código Penal) e os deputados, peculato (art. 312, Código Penal).
- (D) Todos praticam prevaricação (art. 319, Código Penal), peculato (art. 312, Código Penal) e corrupção passiva (art. 317, Código Penal).
- (E) Todos praticam peculato (art. 312, Código Penal).

**78**

Relativamente ao tema dos crimes de responsabilidade (Lei 1.079/50), analise as afirmativas a seguir.

- I. É crime de responsabilidade contra a existência política da União violar a imunidade dos embaixadores ou ministros estrangeiros acreditados no país.
- II. É crime de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados usar de violência ou ameaça, para constranger juiz, ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício.
- III. É crime de responsabilidade contra a segurança interna do país ausentar-se do país sem autorização do Congresso Nacional.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**79**

Relativamente ao conceito de funcionário público existente no Código Penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Somente considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem exerce cargo, emprego ou função pública com remuneração.
- II. Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.
- III. Equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**80**

Relativamente aos crimes contra as licitações, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Constitui crime dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade.
- (B) A pena de multa, cominada nos crimes contra as licitações (arts. 89 a 98 da Lei 8.666/93), consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.
- (C) Qualquer pessoa poderá provocar, para os efeitos dos crimes da lei de licitações (Lei 8.666/93), a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe por escrito, informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência. Os crimes da referida lei são todos de ação penal pública condicionada à representação.
- (D) Constitui crime devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.
- (E) O produto da arrecadação da multa, cominada aos condenados por crime contra as licitações (arts. 89 a 98 da Lei 8.666/93), reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

## Direito Financeiro e Tributário

**81**

Com relação às receitas e às despesas públicas, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território do Estado, constitui ingresso patrimonial.
- (B) As receitas públicas são derivadas ou originárias, sendo as primeiras provenientes da exploração do patrimônio do Estado e as segundas, oriundas da economia privada, basicamente os tributos.
- (C) Os ingressos provenientes do pagamento das penalidades pecuniárias de qualquer origem, integram o quadro das receitas públicas.
- (D) A realização da despesa pública pressupõe a existência de dotação orçamentária ou de créditos adicionais aprovados previamente pelo Poder Legislativo.
- (E) As fases distintas por que passa a realização da despesa pública, são três: *empenho, liquidação e pagamento*.

**82**

Com relação aos convênios interestaduais celebrados no âmbito do CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Prestam-se exclusivamente para conceder ou revogar isenção do ICMS.
- (B) Entram em vigor no trigésimo dia após a publicação de sua ratificação nacional, salvo disposição em contrário.
- (C) Sua aprovação, no caso de concessão de isenção do ICMS, depende sempre de decisão unânime dos Estados representados.
- (D) Podem ser utilizados para fixação de alíquotas internas do ICMS, inferiores às previstas para as operações interestaduais.
- (E) Se aprovados, obrigam a todas as unidades da Federação, mesmo as que não se tenham feito representar na reunião.

**83**

Com relação aos impostos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI pode efetivar-se mediante ato do Poder Executivo e sua cobrança pode-se dar antes de decorridos noventa dias da data da publicação da lei que estabeleceu a majoração.
- (B) Os Municípios têm competência para instituir imposto sobre todo e qualquer serviço.
- (C) Os Estados têm competência para exigir Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS relativamente à importação de mercadorias e bens, salvo se destinados ao ativo permanente do importador.
- (D) Inválida a instituição e cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA, dada à inexistência de lei complementar que estabeleça suas normas gerais, como exigido pela Constituição Federal.
- (E) O Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e por Doação – ITCD é devido ao Estado da localização do bem imóvel transmitido.

**84**

Assinale a alternativa em que está expressa corretamente a espécie de exoneração do ICMS que alcança a operação indicada.

- (A) Fornecimento de energia elétrica para instituições religiosas = *imunidade*.
- (B) Transferência de mercadorias de um estabelecimento para outro do mesmo titular = *não incidência*.
- (C) Remessa de mercadorias para conserto = *crédito presumido*.
- (D) Venda de produtos industrializados para a Zona Franca de Manaus = *isenção*.
- (E) Exportação de mercadorias = *redução da base de cálculo*.

**85**

Com relação à responsabilidade tributária, conforme a disciplina do Código Tributário Nacional, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- ( ) O arrematante responde por eventual débito de IPTU relativo ao imóvel que adquiriu em hasta pública, no caso de o preço lá alcançado não ser suficiente para cobrir o débito tributário.
- ( ) O espólio é responsável pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação.
- ( ) Os pais respondem pelos tributos devidos por seus filhos menores, no caso de faltar a estes capacidade econômico-financeira para saldar o crédito tributário.
- ( ) O funcionário que expedir certidão negativa com dolo ou fraude, e erro contra a Fazenda Pública, responde pessoalmente pelo crédito tributário.
- ( ) Os adquirentes de bens imóveis são responsáveis, em qualquer caso, pelos tributos devidos relativos aos mesmos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta na ordem de cima para baixo.

- (A) V, F, F, V, V
- (B) F, V, V, F, F
- (C) F, F, V, V, F
- (D) F, V, F, V, F
- (E) V, F, V, F, V

## Direito Eleitoral

**86**

No sistema eleitoral brasileiro **não** podem ser eleitores:

- (A) os maiores de dezoito anos.
- (B) os analfabetos.
- (C) os maiores de setenta anos.
- (D) os conscritos.
- (E) os naturalizados.

**87**

Pelas regras da legislação eleitoral são inelegíveis os candidatos com condenação transitada em julgado, após oito anos do cumprimento da pena, pelos crimes:

- (A) eleitorais, cominados com multa.
- (B) de abuso de autoridade, com pena de prestação de serviços.
- (C) declarados pelo Tribunal de Contas da União ou Estados.
- (D) de tráfico de entorpecentes ou drogas afins.
- (E) de contravenção por jogo ilegal.

**88**

A candidatura a cargos eletivos obedece a determinados períodos de desincompatibilização para caracterizar a elegibilidade.

**Não** se inclui no prazo de até seis meses depois de afastados do cargo/função quando a eleição é para Vice-Presidente da República quem ocupa o cargo de:

- (A) Presidente da República.
- (B) Ministro de Estado.
- (C) Advogado Geral da União.
- (D) Comandante do Exército.
- (E) Governador do Estado.

**89**

Quanto ao sistema eleitoral adotado no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O sufrágio é censitário e direto.
- (B) Haverá eleição indireta para o Senado.
- (C) As eleições parlamentares não serão proporcionais.
- (D) Nas eleições presidenciais, a circunscrição será o País.
- (E) O voto é facultativo e secreto.

**90**

No que concerne à propaganda eleitoral, é correto afirmar que:

- (A) é liberada a qualquer tempo, mesmo antes da escolha pela Convenção.
- (B) pode ser realizada em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
- (C) é permitida para incitar a desobediência coletiva à lei de ordem pública.
- (D) pode ser realizada com algazarra e utilização de meios sonoros abusivos.
- (E) será realizada sob a responsabilidade dos partidos políticos e às suas expensas.

## Direito Previdenciário

**91**

Nos termos da legislação própria de previdência do Estado do Amazonas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A aposentadoria por idade ocorrerá quando o segurado do sexo masculino completar sessenta anos de idade.
- (B) A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição será devida ao segurado, homem ou mulher, com trinta e cinco anos de contribuição.
- (C) A aposentadoria voluntária será devida quando o segurado homem ou mulher completar sessenta anos de idade.
- (D) O salário maternidade será pago pelo período de doze meses à genitora e, pelo período de quatro meses, ao genitor.
- (E) A pensão por ausência será concedida aos dependentes do segurado a partir do trânsito em julgado da sentença declaratória.

**92**

O Fundo Previdenciário de Aposentadoria e Pensões do Estado do Amazonas (FPREV) será composto:

- (A) por recursos originários do ICMS arrecadado pelo estado.
- (B) pelas transferências federais decorrentes de vinculações obrigatórias.
- (C) pelo repasse de recursos obtidos de tributos municipais.
- (D) pelos alugueis derivados de bens vinculados ao Fundo.
- (E) por verbas decorrentes de multas tributárias aplicadas.

**93**

A AMAZONPREV é o órgão gestor do Regime Próprio de Previdência do Estado do Amazonas, tendo na sua estrutura administrativa:

- (A) o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal.
- (B) o Presidente eleito pelos servidores públicos.
- (C) os conselheiros nomeados pelo Governador do Estado.
- (D) os diretores indicados pelo Ministério Público.
- (E) O Conselho Fiscal indicado pela Assembleia Legislativa.

**94**

No concernente à aposentadoria por invalidez, nos termos da legislação de regência do Estado do Amazonas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Será concedida, em qualquer caso, com proventos integrais.
- (B) Não será precedida de licença para tratamento de saúde.
- (C) Será atestada por médico ocupante de cargo de Chefia.
- (D) Não abrange o portador de nefropatia grave.
- (E) Deverá ser verificada por junta médica oficial do Estado.

**95**

No caso de adoção realizada por servidor público, a legislação pertinente do Estado do Amazonas prevê licença maternidade:

- (A) de cento e vinte dias, independente da idade da criança.
- (B) de trinta dias, quando a criança for menor de um ano.
- (C) de sessenta dias, se a criança for maior de quatro anos.
- (D) de trinta dias, se a criança estiver com cinco anos.
- (E) de cento e vinte dias, quando a criança for maior de oito anos.

## Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

### 96

Com relação à constituição de Bloco Parlamentar, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedada a formação de Bloco Parlamentar para atuação em caso isolado, sendo exigido o tempo mínimo de três meses de atuação do Bloco para o reconhecimento da legitimidade dos atos praticados em seu nome, sob pena de nulidade e das sanções disciplinares aplicáveis a seus membros.
- II. A agremiação que integrava Bloco Parlamentar dissolvido ou que dele se desvincular não poderá constituir ou integrar outro Bloco na mesma sessão legislativa.
- III. Os Partidos somente podem integrar no máximo três Blocos Parlamentares.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### 97

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas estabelece que, para eleição da Mesa Diretora, é necessário o voto:

- (A) da maioria simples dos Deputados presentes na primeira sessão legislativa.
- (B) da maioria simples dos Deputados, presente a maioria absoluta.
- (C) da maioria absoluta dos Deputados.
- (D) de dois terços dos Deputados.
- (E) de três quintos dos Deputados.

### 98

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, na parte legislativa, tem atribuição de:

- (A) adotar providências cabíveis, atendendo a solicitação de deputado para sua defesa judicial e extrajudicial, contra ameaça ou prática de atentado ao livre exercício e às prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar.
- (B) elaborar o regulamento administrativo da Assembleia, interpretando, conclusivamente, em grau de recurso, as disposições nele contidas.
- (C) apreciar e decidir sobre a proposta de orçamento da Assembleia, enviando-a ao Poder Executivo para ser incluída no Projeto de Lei do Orçamento Anual do Estado.
- (D) permitir, sem ônus para o erário, que sejam irradiados, filmados, ou televisionados os trabalhos da Assembleia, por veículo de comunicação social devidamente credenciado.
- (E) mudar temporariamente a sede da Assembleia, em caso de urgência e fato grave, *ad referendum* do Plenário.

### 99

Assinale a alternativa que apresenta a temática abrangida pela Comissão Permanente de Gestão Pública.

- (A) Política cultural, envolvendo a preservação e o desenvolvimento do patrimônio histórico material e imaterial.
- (B) Economia popular e repressão ao abuso do poder econômico.
- (C) Tributação, arrecadação, fiscalização e administração fiscal.
- (D) Estudos e projetos para o desenvolvimento estadual.
- (E) Obras e patrimônio públicos.

### 100

As Comissões Especiais são constituídas para um fim determinado, devendo funcionar por prazo:

- (A) não superior a sessenta dias, prorrogável por igual período.
- (B) limitado à sessão legislativa na qual foram criadas.
- (C) de noventa dias, improrrogável.
- (D) de sessenta dias, improrrogável.
- (E) indeterminado.



# ISAE

---

Instituto Superior  
de Administração  
e Economia